

O vigiar e punir do mundo das bets

» FELIPE CRISAFULLI

Especialista em direito desportivo e regulamentação de jogos e apostas. Doutorando em direito pela Universidade de Coimbra. Membro da Comissão de Direito dos Jogos, Apostas e do Jogo Responsável da OAB/SP

» GUSTAVO BIGLIA

Advogado especializado em M&As em bets e regulamentação de jogos e apostas. Pós-graduado em direito societário pela Fundação Getúlio Vargas (FGV/SP)

Vigiar e punir, lê-se na capa de famosa obra literária de Michel Foucault — e no título deste artigo. Mas não, caro leitor, os conceitos ligados à vigilância — na sua forma de monitoramento, fiscalização e inspeção — e punição que permeiam este texto não tratam de direito penal. O tema, aqui, são as bets.

Nos últimos anos, o universo das apostas on-line cresceu a passos largos, atraindo milhões de usuários e muitos bilhões em receita. No Brasil, o setor se expandiu exponencialmente, ao ritmo da evolução tecnológica. Com ele, emergiram necessidades prementes de vigilância, monitoramento, fiscalização, inspeção e punições em caso de falhas no sistema.

Nesse contexto, como garantir a integridade dos jogos e evitar fraudes? Se, por um lado, a legislação impõe aos agentes operadores a obrigação de adotar mecanismos de segurança e integridade, a fim de evitar fraudes e manipulações, o poder de polícia está nas mãos do Estado. Atuar, em paralelo ou em cooperação, com as empresas que exploram essa atividade, de modo a minimizar as suspeitas de manipulação de resultados (match fixing), é uma obrigação do Poder Público.

Em simultâneo, os entes federados devem reconhecer suas incompetências e incapacidades. Nesses momentos, é medida salutar socorrer-se de parcerias com terceiros, ainda que estes sejam organismos privados. Não por outro motivo, uma das soluções encontradas pelo mercado, inclusive pelo Ministério da Fazenda, é a celebração de Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) com empresas especializadas em monitoramento, prevenção de fraudes e integridade de apostas esportivas.

Como regra, a metodologia empregada envolve tecnologia de ponta, desde big data e inteligência artificial até soluções de cibersegurança e análise comportamental para identificar condutas suspeitas em tempo real, buscando preservar a transparência e a confiabilidade dos jogos. No papel, trata-se de medida eficaz; nem por isso, no entanto, inexistem desafios.

O monitoramento em tempo real promete maior segurança, mas não é infalível. A (super) dependência de algoritmos e inteligência artificial pode ser perigosa: sistemas falham; nuances de comportamentos passam despercebidas; contextos da partida e/ou do campeonato por vezes não são considerados; pessoas isoladas e grupos organizados exploram as brechas do sistema; margem de erro. Quaisquer desses fatos, associados ou não entre si, podem atrapalhar a busca por desvios de padrões, tornar imprecisa a interpretação de atipicidades e levantar falsos sinais de alerta.

Outro ponto crítico está relacionado à transparência dos sistemas de monitoramento, sobretudo no âmbito dos ACTs. Assegurar que as empresas parceiras não utilizem as informações coletadas para fins indevidos, como manipulação de mercados ou venda de dados pessoais, há de ser prioridade número um do governo. A regulação



do setor precisa garantir que as informações sejam usadas apenas em prol da integridade do jogo, sem se prestarem a outros interesses.

Há, por vezes, problemas estruturais, de padronização. Sem supervisão rígida, a implementação dessas soluções de monitoramento pode se tornar simples exercício de marketing, sem resultados concretos de redução de fraudes ou garantias de integridade no jogo, além de gerar bodes expiatórios e acarretar imensuráveis danos à carreira do atleta.

Do ponto de vista das pequenas e médias empresas, os ACTs celebrados pelo Ministério da Fazenda podem ajudar. Afinal, essas casas de apostas tendem a ter mais dificuldade de suportar esse tipo de custo, ficando mais vulneráveis a práticas fraudulentas. Nesse sentido, a participação do governo federal reduz o risco de surgimento

de um ambiente desigual, em que a integridade do jogo é mais garantida em determinados locais que em outros.

Trata-se, pois, de preocupação latente. A integridade, a confiança e a imprevisibilidade são elementos intrínsecos ao esporte — e, tal qual o cristal, uma vez quebradas, nunca mais se emendam. O sucesso da parceria das empresas de monitoramento com as casas de aposta e o poder público dependerá não apenas da eficácia das ferramentas de monitoramento, mas também de transparência, regulamentação adequada e fiscalização rigorosa. Caso contrário, o risco é que essas soluções se transformem em uma fachada, em uma medida superficial para enganar a confiança do público e encobrir falhas estruturais dos envolvidos. Nessa eterna batalha de cão e gato, só o tempo dirá quem se sagrará, na maior parte das vezes, vencedor.

Brasília global: a missão de fortalecer relações internacionais

» PACO BRITTO

Secretário de Relações Internacionais do Distrito Federal

A criação da Secretaria de Relações Internacionais do Governo do Distrito Federal foi uma iniciativa visionária, fruto do entusiasmo do governador Ibaneis Rocha com a consolidação de Brasília como um centro de diplomacia global. Desde então, a secretaria tem sido essencial no fortalecimento dos laços culturais e econômicos com os países que mantêm representações diplomáticas na capital brasileira.

Brasília precisava de um órgão que facilitasse a interação com o corpo diplomático residente. A Secretaria de Relações Internacionais surgiu para suprir essa demanda, promovendo acolhimento e proximidade. Isso resultou em uma rede de cooperação que vai além das formalidades, integrando de maneira eficaz o Governo do Distrito Federal (GDF) às missões diplomáticas estrangeiras.

Muito me honra estar à frente dessa secretaria, formada por uma equipe de profissionais altamente qualificados, que compreendem plenamente a importante missão que nos foi confiada. São pessoas comprometidas em promover a integração e o diálogo, fundamentais para o fortalecimento das relações internacionais e o desenvolvimento do Distrito Federal. Nossa equipe entende que cada interação diplomática representa uma oportunidade de construir um futuro mais próspero e cooperativo.

Na economia, a secretaria tem atuado para atrair investimentos estrangeiros, firmando parcerias com embaixadas e organizações internacionais. O estímulo à diversificação econômica e à internacionalização das empresas locais é central. Além disso, a secretaria foi vital na captação de novos voos internacionais, posicionando Brasília como um hub aéreo estratégico na América Latina e fomentando o turismo e negócios. O aumento da conectividade aérea é fundamental para consolidar a posição de Brasília como um destino global.

A dimensão cultural também merece destaque. Por meio de eventos e intercâmbios, a secretaria aproxima comunidades locais das culturas representadas na capital. Iniciativas como Embaixadas de Portas Abertas enriquecem a vida cultural de Brasília, promovendo conhecimento e respeito mútuo. Essa diversidade cultural é uma das maiores riquezas da capital, valorizada pela secretaria. Além disso, programas de intercâmbio educacional fortalecem a compreensão e a colaboração entre diferentes povos.

Além dos impactos econômicos e culturais, a Secretaria de Relações Internacionais contribui para a projeção de Brasília no cenário global. A cidade se firma como um ponto de encontro para debates sobre desenvolvimento sustentável, inovação e direitos humanos. A secretaria garante que Brasília esteja no centro dessas discussões, fortalecendo sua posição como uma cidade global. Trabalhamos para que a capital seja referência em diplomacia e cooperação multilateral, atraindo conferências e eventos de grande relevância internacional.

A criação da secretaria trouxe ganhos tangíveis e intangíveis. Tangíveis, como novos investimentos e oportunidades. Intangíveis, como o fortalecimento da confiança e respeito entre o Distrito Federal e os países representados. A aproximação com embaixadas e organismos internacionais não só reforça laços diplomáticos, mas também viabiliza parcerias em educação, saúde, tecnologia e infraestrutura. Nosso papel é conectar Brasília ao mundo, promovendo benefícios mútuos.

Em um mundo interconectado, uma secretaria dedicada às relações internacionais é essencial. Brasília, como capital do Brasil, desempenha um papel único, e a Secretaria de Relações Internacionais é fundamental para garantir que esse papel seja exercido com eficiência e excelência. Cada ação diplomática reforça o compromisso de Brasília em ser um ponto de convergência global.

A aposta na criação dessa secretaria se provou acertada. Ela trouxe uma nova dimensão para o GDF promovendo desenvolvimento econômico e cultural, além de fortalecer laços com as nações representadas. Esse é um legado que continuará a beneficiar Brasília e seu povo por muitos anos. Reafirmamos nosso compromisso em trabalhar cada vez mais próximos das representações diplomáticas, construindo um futuro de cooperação e prosperidade para todos.

Vencer na educação pública: conquistas para a próxima década

» EWERTON FULINI

Vice-presidente do Instituto Ayrton Senna

Ayrton Senna sonhava com um país em que crianças e jovens tivessem mais oportunidades de alcançar a vitória naquilo que desejassem e acreditava que a educação era fundamental para alcançar esse objetivo. Três décadas depois da sua partida, será que estamos mais próximos do futuro sonhado pelo tricampeão de Fórmula 1?

O Instituto Ayrton Senna nasceu desse sonho do piloto e trabalha em prol da educação brasileira há também 30 anos, acelerando sua qualidade. Na última terça-feira, 12 de novembro, pudemos celebrar essa história e também refletir sobre quais são os avanços que ainda precisamos perseguir para garantir uma educação de mais qualidade para todos.

Quando olhamos para as últimas três décadas, é possível reconhecer avanços significativos na educação brasileira, com a criação de bases fundamentais para o avanço. O Brasil conquistou a universalização do acesso à educação básica, o aumento dos cuidados com a primeira infância e a criação de um currículo nacional, todos marcos importantes dessa trajetória. Entretanto, ainda há uma longa corrida para percorrermos, e é inegável que ainda existem muitos desafios.

Em breve, teremos uma importante oportunidade para falarmos sobre esses novos rumos com as discussões sobre o novo Plano Nacional de Educação (PNE), que definirão caminhos para a educação no Brasil nos próximos 10 anos. O PNE é o documento que orienta toda a área e define as aspirações para a educação, e este é um momento crucial para que toda a sociedade se envolva e

possamos debater juntos sobre qual é o país que queremos. Existem alguns pontos fundamentais a serem debatidos para garantir uma melhor educação para todos, e que consideramos cruciais estarem presentes nesse novo plano.

A primeira delas é, com certeza, a alfabetização em língua portuguesa e matemática. Essa deve ser uma prioridade inegociável. Garantir que todas as crianças sejam alfabetizadas até o final do 2º ano do ensino fundamental é um compromisso que tem sido reforçado por diversas políticas educacionais, especialmente pelo recente Programa Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Entretanto, enquanto não alcançamos a meta de alfabetizar todas as crianças até o 2º ano, é fundamental fortalecer as ações de recuperação de aprendizagem para os estudantes do 3º ao 5º ano e dos anos finais do ensino fundamental. Investir nesse apoio contínuo significa assegurar que nenhum aluno seja deixado para trás e que todos tenham a oportunidade de desenvolver as habilidades essenciais para o aprendizado.

Para alcançar esses objetivos, é preciso que as secretarias de Educação e as escolas disponham de processos de gestão bem estruturados e direcionados. Essas estruturas devem incluir estratégias que identifiquem rapidamente os estudantes que ainda precisam de apoio, oferecendo um acompanhamento cuidadoso que contribua para recuperar não apenas o aprendizado, mas também a autoestima e a confiança desses alunos em sua capacidade de avançar.

É ainda urgente a melhoria das avaliações da

alfabetização. Defendemos que as avaliações estaduais de alfabetização sejam comparáveis e abrangentes, avaliando não só leitura e escrita, mas também matemática e outras habilidades, como a criatividade e pensamento crítico, que são essenciais para o desenvolvimento dos estudantes e é um direito de todos.

Olhando para a outra ponta da educação básica, também precisamos preparar os jovens para um futuro complexo. Diante dos desafios globais — como as mudanças climáticas e as desigualdades sociais crescentes —, precisamos formar estudantes capazes de desenvolver habilidades como empatia, determinação, foco, responsabilidade, resiliência, entre outras. A ciência já nos mostra que é possível desenvolver essas competências na escola, e é urgente que o sistema educacional também considere novas formas de aprender e ensinar para garantir que os jovens possam ir além no seu desenvolvimento.

Enquanto celebramos três décadas de atuação do Instituto e renovamos nosso compromisso para o futuro, o novo Plano Nacional de Educação será um passo fundamental nessa trajetória. É preciso que nossos líderes educacionais e parlamentares estejam atentos, engajados e comprometidos com a sua elaboração e monitoramento das metas por ele estabelecidas.

Ninguém ganha uma corrida sozinho. É a hora de promover uma ampla participação social, envolvendo todos os atores do sistema educacional, para que, juntos, possamos construir uma educação de qualidade, equitativa e inclusiva para todos os brasileiros.